

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.890 - SP  
(2019/0192672-4)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : GOLDFARB PDG 3 INCORPORACOES LTDA - EM**  
**RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)**  
**ADVOGADO : FABIO RIVELLI - SP297608**  
**EMBARGADO : LEONICE DA SILVA FLOR**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E**  
**RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL**  
**DE SÃO PAULO - SP**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 5A VARA CÍVEL DE CUIABÁ - MT**

## **EMENTA**

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO  
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE  
QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1022/CPC.  
REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA.  
INVIABILIDADE.  
EMBARGOS REJEITADOS.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por GOLDFARB PDG 3 INCORPORACOES LTDA, em recuperação judicial, e OUTRO(S) em face de decisão monocrática (e-STJ, fls. 1.247/1.249) que não conheceu do conflito, nos termos da seguinte ementa:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. NÃO  
CONFIGURAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA PRÁTICA DE  
QUAISQUER ATOS DE CONSTRIÇÃO DIRIGIDOS AO  
PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL. PRECEDENTES.  
CONFLITO NÃO CONHECIDO.*

Em suas razões, as embargantes alegam que a decisão embargada é contraditória, porque *"a partir da decisão que defere o processamento de uma recuperação judicial, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2.005, todos os créditos existentes até a data do pedido, que no caso se deu em 22/02/2017, e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que se mostrarem devidos pelas empresas recuperandas, passam a ser exclusivamente sujeitos à competência jurisdicional do Juízo Recuperatório".*

Sem impugnação (e-STJ, fl. 1.262).

É o breve relatório.

Decido.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida.

Nos limites estabelecidos pelo art. 1022, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, o *decisum* embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no incidente, ao concluir pelo não conhecimento do conflito, tendo em vista a notícia apresentada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Cível de Cuiabá - MT de que *"(...) qualquer medida de constrição deveria ser realizada pelo Juízo da Recuperação"*. E ressaltou, ainda, que oficiou *"(...) ao Juízo da Recuperação Judicial para conhecimento da sentença e dos valores devidos pela SUSCITANTE"*.

Destacou-se, ainda, que inexistiram decisões conflitantes entre os juízos suscitados, pois consoante entendimento jurisprudencial já firmado no STJ, (i) se o patrimônio da empresa recuperanda não foi objeto de constrição no Juízo da execução, não é possível cogitar de competência do juízo recuperacional para execução do crédito reclamado; e que (ii) o conflito de competência não se presta como sucedâneo recursal nem se constitui em meio hábil para atacar decisões de instâncias inferiores.

No mais, as alegações trazidas pela embargante refletem mero inconformismo com o teor da decisão, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Portanto, não há qualquer vício na decisão embargada a ensejar a sua

# *Superior Tribunal de Justiça*

retificação.

**Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.**

Adverta-se que a oposição de incidentes processuais infundados dará ensejo à aplicação de MULTA por conduta processual indevida (art. 1.021, § 4º e art. 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

